



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

21 **11ª Reunião da Câmara Técnica de Florestas e**
22 **Atividades Agrossilvopastoris.**

23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

41 Brasília/DF.
42 6 de maio de 2012.

43
44 *(Transcrição ipso verbo)*
45 *Empresa ProixL Estenotipia*

1
2

47A SRª. DEUSCREIDE GONÇALVES PEREIRA (DConama) - Bom dia
48senhores. Já temos quorum, já dá para começar a nossa reunião. O meu nome
49é Deuscreide, eu estou substituindo o Dr. Nilo Diniz que está em um evento em
50Salvador. Então eu estou encarregada de abrir aqui os trabalhos com os
51senhores e gostaria de desejar boas vindas, é uma nova composição dessa
52Câmara Técnica que começa hoje. Nós faremos a eleição do presidente e vice-
53presidente da Câmara e vocês também discutirão o acórdão, não é isso? Do
54TCU, está na nossa pauta, e eu gostaria de pedir licença para mostrar um
55pouco do Conselho para os que estão chegando que, pela primeira vez, como
56Conselheiros. Muitos já eram Conselheiros do Conama, mas tem os que estão
57chegando. Em primeiro lugar o Conama é um órgão colegiado de caráter
58normativo deliberativo e consultivo do Sisnama e é coordenado pelo Ministério
59do Meio Ambiente. As finalidades são de assessorar, estudar e propor, ao
60Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio
61ambiente e recursos naturais. Deliberar no âmbito de sua competência sobre
62normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente
63equilibrado e essencial à qualidade de vida. Competências: estabelecer
64normas, critérios e padrões relativos ao controle e manutenção da qualidade do
65meio ambiente e estabelecer normas e critérios para o licenciamento de
66atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras, estabelecer normas e
67padrões nacionais de controle da poluição veicular, acompanhar a implantação
68do SNUC e decidir, em última instância, sobre as penalidades impostas pelo
69Ibama e também pelo Chico Mendes. O Conselho é formado por 107
70Conselheiros, sendo 104 com direito à voz e voto, e 3 convidados. A
71presidência do Conselho e a sua secretaria executiva está com o ministro do
72Meio Ambiente, com 37 representantes do Governo Federal, 20 dos Governos
73Estaduais, 8 Governos Municipais, 22 da Sociedade Civil, 8 do setor
74empresarial e 1 membro honorário. Hoje nós funcionamos com as Câmaras
75Técnicas de Assuntos Internacionais, de Atividades Minerárias, Energéticas e
76de Infraestrutura, de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros, Controle e
77Qualidade Ambiental, Economia e Meio Ambiente, Educação Ambiental,
78Florestas e Atividades Agrossilvopastoris, que é essa... Gestão Territorial e
79Biomassas, Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos, Unidades de
80Conservação e demais Áreas Protegidas e Assuntos Jurídicos. Aqui nós temos
81um esboço de como nasce uma resolução, como que uma resolução... Os
82caminhos que ela faz até ser publicada no Diário Oficial. Normalmente ela é
83apresentada na Plenária ou dentro de uma Câmara Técnica onde é criado,
84então, um grupo de trabalho onde tem os especialistas para analisar e, enfim,
85incorporar tudo que se deve conter dentro daquela resolução. Ali as decisões
86são tomadas em consenso, e esse grupo de trabalho é aberto, quem quiser
87participar pode vir como indicados e especialistas. Aí esse trabalho vem para a
88Câmara Técnica, que é formada por 10 Conselheiros, e ali ela é votada, pode
89receber modificações e emendas, enfim. Depois ela passa pela Câmara de
90Assuntos Jurídicos que é onde ela é analisada do ponto de vista da legalidade
91e constitucionalidade, e essa proposta vai a Plenário onde ela pode sofrer
92todas as modificações e os encaminhamentos que a Plenária entender e
93votada, depois disso ela vai para a publicação do Diário Oficial da União. As
94Câmaras Técnicas são formadas por até 10 Conselheiros definidos pela
95Plenária com mandato de dois anos, essa... Foi modificada recentemente essa

96composição exatamente para onde se pretendia uma paridade entre os cinco
97segmentos que... Representados dentro do Conama. O processo deliberativo
98da Câmara se dá por maioria simples dos membros mais um. A ausência de
99um membro anterior por três reuniões consecutivas ou quatro alternadas
100implicará em exclusão do órgão da Câmara Técnica. As reuniões são públicas.
101As competências das Câmaras Técnicas: propor à Secretaria Executiva itens
102de pauta das reuniões; elaborar, discutir, aprovar e encaminhar matérias ao
103Plenário; decidir, emitir parecer sobre consulta vinda da SECEX; solicitar à área
104técnica competente dentro do MMA a participação de especialistas. Cabe à
105CTAJ, que é a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, examinar a
106constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa das matérias. As
107competências dessa Câmara Técnica de Florestas: elaborar normas e padrões
108relativos à legislação florestal; normas e padrões para o controle das atividades
109agrossilvopastoris; e normas e critérios para o licenciamento ambiental
110potencial ou efetivamente poluidor. A composição é um representante do IFT,
111como entidade ambientalista da Região Norte; outro dos Novos Curupiras; da
112Confederação da Agricultura e Pecuária, CNA; do Setor Florestal; pelos
113Governos Municipais da Região Norte e outro da Região Sul; os Governos do
114Estado do Amazonas e outro do Rio Grande do Sul; do Ibama; e da Secretaria
115Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racional, a Seppir. Essa é a
116nossa página no Conama, os senhores podem acessar e acompanhar toda a
117tramitação de todas as matérias, todos os assuntos discutidos estão aí
118colocados, publicados, ela é atualizada todos os dias. E é isso, um bom
119trabalho aos senhores. O Anderson é o assessor técnico do nosso
120departamento que vai conduzir junto com os senhores a reunião e, pela nossa
121pauta, a apresentação dos componentes. Nós gostaríamos que os senhores se
122apresentassem para que todos conhecessemos. Por favor.

123

124

125**O SR. ERNESTO PINTO DA CUNHA (SEPIR)** - Meu nome é Ernesto Pinto da
126Cunha, eu trabalho na Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial.
127Eu estou substituindo o colega Mário, que encontra-se de férias.

128

129

130**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Marcílio Caron Neto, eu
131sou engenheiro florestal com especialização em gestão ambiental, sou
132Conselheiro titular do Conama já há sete anos representando o Setor Florestal.
133Particpei nessa última gestão dessa Câmara e temos grandes expectativas
134nas discussões dessa Câmara, ela tem muito... Uma relação muito grande com
135a nossa atividade.

136

137

138**O SR. RAFAEL FERREIRA (SEMA-RS)** - Sou Rafael Ferreira, diretor de
139floresta e área protegida da SEMA do Rio Grande do Sul. Estou representando
140o Governo do Estado, o membro titular, o Dr. Francisco Simões Pires, que é o
141secretário adjunto.

142

143

144**A SR^a. MARA RÚBIA BENEVIDES SAID (IPAAM)** - Eu sou Mara Said,
145represento o Estado do Amazonas, sou gerente de licenciamento florestal do

146IPAAM e estou como suplente na Câmara do Malvino Salvador, o engenheiro
147florestal que se encontra licenciado.

148

149

150O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) - João Carlos De Carli, da
151Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

152

153

154O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (IBAMA) - José Humberto Chaves, do
155Ibama, da diretoria de uso sustentável da biodiversidade e florestas, sou
156coordenador geral da área de gestão de recursos florestais do Ibama e
157atualmente como diretor em exercício.

158

159

160O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (DConama) - Anderson,
161departamento de apoio ao Conama. Seguindo a pauta eu acho que chegamos
162à parte das candidaturas da presidência desse mandato, da CTFLOR, que são
163de dois anos. O antigo presidente... O órgão presidente seria o Ibama, que
164pode ser reconduzido ao cargo por ter o primeiro mandato. E passo a palavra a
165você que quiserem ser candidatos à presidência. Eu peço que se apresente,
166de sugestões e defendam a candidatura como consta em pauta.

167

168

169O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal) - Eu gostaria de colocar o
170meu nome para presidir esta Câmara até pela condição de representante do
171Setor Florestal Brasileiro, somos minorias... Vocês viram na distribuição do
172Conama, a representação da classe empresarial representa 8%, portanto nós
173somos minoria aqui dentro. A nossa atividade... Eu sou representante do setor
174de silvicultura, que é o setor de florestas plantadas. O meu suplente é o
175Fernando Castanheira, que acompanhou toda a discussão ano passado das
176regulamentações e das florestas de gestão pública. E essa presidência teve,
177ano passado e ano retrasado... Na mão do Ministério ano passado... E nessas
178últimas duas legislaturas na mão do Ibama, que são órgãos regulamentadores.
179Então o setor empresarial pede uma oportunidade para poder presidir essa
180Câmara. Era essa minha posição.

181

182

183O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (IBAMA) - O Ibama também apresenta a
184sua candidatura para esses dois anos, Até mesmo para dar uma sequência no
185trabalho que nós conduzimos à frente da Câmara Técnica passada que foi
186presidida pelo Dr. Hummel, e nesse período nós conseguimos, de uma forma
187bastante rápida, aprovar duas resoluções que nasceram e foram discutidas
188aqui nessa Câmara Técnica com a constituição de dois grupos de trabalho que
189também tiveram uma condução bastante tranquila e bem trabalhada, daí
190nasceram duas resoluções, uma sobre padrões e critérios para planos de
191manejo florestal sustentável na Amazônia e a outra, mais recentemente, que
192ainda... Foi aprovada, mas falta publicar, que foi sobre padrões e
193procedimentos para indústria de base florestal como um todo, em que se
194estabeleceu um glossário técnico para os produtos florestais. E essa resolução
195foi bastante interessante porque principalmente o grupo de trabalho depois, na

196própria Câmara Técnica, teve um apoio muito grande do próprio setor produtivo
197que também carecia de padrões mínimos para evitar problemas relacionados
198principalmente a fiscalizações despadronizadas no âmbito dos estados, então
199nós conseguimos de forma bastante rápida e transparente duas resoluções e
200finalmente colocar a agenda florestal na agenda do Conama, uma vez que as
201questões florestais do Conama se limitaram até então a regulamentações,
202muitas das vezes até bastante restritivas em relação à Mata Atlântica, e nós
203conseguimos botar, nesses últimos anos, na agenda florestal que começou,
204inclusive, com a Resolução do Conama 379... 378 e 379, a 379 inclusive é
205objeto de nossa discussão hoje porque ela garantiu uma transparência do
206Setor Florestal por parte dos estados no que se refere ao licenciamento da
207atividade florestal como um todo, principalmente no que se refere ao transporte
208de produtos e subprodutos florestais. Então, ou seja, de 2006 para cá nós
209conseguimos definitivamente colocar na agenda do Conama essas questões
210ligadas à questão florestal. Daí o Ibama se candidata novamente.

211

212

213**O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (DConama)** - Mais alguma
214candidatura? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

215

216

217**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Sim, mas eu gostaria de fazer uma
218declaração de voto. Desde que eu me entendo por gente aqui dentro do
219Conama, eu já tenho nove anos aqui dentro do Conama, sete como
220Conselheiro, que eu observo que essa Câmara Técnica sempre esteve na mão
221ou do Ministério do Meio Ambiente ou do Ibama, não querendo desmerecer,
222porque eu me lembro que foi na época com o Capobianco e depois com o
223Hummel e sempre nessa sequência. Eu até fiquei surpreso, conversei com o
224Caron a semana passada inteira, ontem nós conversamos, e agora que eu
225fiquei sabendo que ele está se candidatando a esta Câmara Técnica aqui, mas
226eu já tinha até o meu discurso preparado para quem tentasse assumir essa
227presidência. Eu queria colocar que acho que está na hora um pouco de dar
228uma mexida, acho que tem que sair um pouco na mesma sequência, acho que
229nós temos que agitar um pouco essa Câmara Técnica por mais que ela tenha
230criado essas duas resoluções, ela, junto com o, se eu não me engano, com a
231de Assuntos Internacionais é uma das Câmaras Técnicas mais paradas aqui
232dentro do Conama. As reuniões são raríssimas, a... Mal e mal nós viemos aqui
233somente para fazer avaliação desses documentos que... Avaliação do DOF, se
234eu não me engano, aquele relatório que tem que ser apresentado anualmente,
235mas na parte de regulamentação em si e de legislação eu não vejo essa
236Câmara Técnica criando novos instrumentos jurídicos. Então eu acho que... Eu
237vi... Assim, eu ia declarar o voto para quem fosse junto com o Ibama, não
238desmerecendo o Ibama, lógico, mas para dar um pouco essa "saculejada",
239tentar colocar um pouco de sangue novo na presidência. Então eu já venho
240aqui de antemão já declarando o meu voto ao Setor Florestal para ver se
241conseguimos botar um pouco de fogo nessa panela aqui para essa Câmara
242Técnica trabalhar com... Mais fortemente em cima de resoluções e de
243regulamentações da legislação brasileira.

244 **O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (DConama)** - Só para informar, após
245 a eleição do presidente será feita a eleição do vice-presidente, como tem
246 ocorrido nas demais Câmaras Técnicas aqui.

247

248

249 **O SR. RAFAEL FERREIRA (SEMA-RS)** - É a primeira vez que me faço
250 presente, mas estou representando o secretário e nós tínhamos uma ideia de o
251 que poderia acontecer aqui. Eu posso... Pode não ser o fórum, mas eu acho
252 que eu devo colocar. Foram apresentadas duas candidaturas, uma por uma
253 entidade governamental que já vem comandando há algum tempo e um
254 posicionamento da iniciativa mais do Setor Florestal, do setor produtivo. Um
255 grande problema que o Estado do Rio Grande do Sul encontra, tanto na lei da
256 Mata Atlântica, tanto nas normas por DOF e etc., certas peculiaridades tanto
257 em nível de procedimentos quanto a nível do próprio estado. E as
258 peculiaridades em nível de federação estão cada vez mais salientes e estão
259 criando grandes entraves para que nós apliquemos a legislação. Eu pedi o meu
260 pronunciamento no sentido só de ter uma noção, vislumbrar o amanhã já que é
261 por dois anos. Qual o posicionamento das duas candidaturas? Uma em relação
262 à floresta e silvicultura e outra instituição-governo no sentido de ser nos
263 próximos dois anos como presidente de uma Câmara tão importante quanto
264 essa. Para nós, em relação de todos esses entraves, pela peculiaridade que
265 apresenta as várias regiões do Brasil, eu acho que para nós é importante para
266 definirmos esse voto aqui.

267

268

269 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Eu acho que um dos...
270 Nós temos um exemplo sobre questão de entrave sobre a legislação, é o
271 Estado do Rio Grande do Sul. O Estado do Rio Grande do Sul está em uma
272 luta enorme para regular o licenciamento da atividade de florestas plantadas no
273 estado, e eu tenho acompanhado isso muito de perto, desde o seu início, e
274 realmente a grande preocupação e a grande prioridade da Câmara de
275 Florestas nesses dois últimos anos foi regulamentar a gestão de florestas
276 públicas e não dar um papel nessa Câmara Florestal, que é de suma
277 importância, o João Carlos mencionou, nós tivemos... Não esses últimos dois,
278 os outros dois anos passados cujo presidente foi o secretário executivo, o
279 Capobianco, nós não tivemos uma reunião dessa Câmara. E o setor mais ávido
280 por regulamentação, tanto no aspecto da floresta nativa como da floresta... O
281 cultivo de floresta plantada que tem uma finalidade única e exclusivamente
282 para produção, não se tem pleitos, eu acho que uma das questões reais para
283 trazer nessas discussões é realmente a gestão e a regulamentação do Setor
284 Florestal como um todo, não só de florestas públicas. Hoje nós estamos
285 inseridos nos biomas, o bioma Mata Atlântica que o senhor muito bem
286 referenciou, tem a Lei 11428 que, dentro da sua formação, necessita realmente
287 de instrumentos regulatórios. Então por isso que a minha expectativa aqui é
288 que nós possamos caminhar com a ajuda do próprio Ibama. Eu acho que o
289 Ibama é o ente federado mais importante quando nós discutimos a questão
290 legal e nós estamos aí na discussão do PLP 12, que são das competências
291 comuns, e o que está se construindo aí, infelizmente, é uma centralização da
292 União sobre as questões de licenciamento e dentro das questões ambientais,
293 infelizmente, eu não sei qual é a posição dos estados a respeito disso. Eu acho

294que essa Câmara acaba tendo uma importância muito grande, o Conama tem
295essa grande incumbência de discutir os grandes assuntos, os grandes marcos
296legais. Essa era a minha posição.

297

298

299**SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (IBAMA)** - Eu achei interessante, Rafael,
300a sua colocação para nós termos oportunidade de sinalizar o que se vislumbra
301no curto espaço de tempo, ou seja, nesses próximos dois anos que realmente
302o prazo é muito curto. E quando nós pensamos em CONAMA, e nós vemos
303muitas das vezes algumas discussões de resoluções aí que já duram cinco ou
304seis anos, então quando nós falamos em um mandato de dois anos nós temos
305que ser bastante pragmáticos para podermos, enfim, chegarmos em um
306resultado satisfatório e evitar o que aconteceu no passado de ter uma
307legislatura sem reuniões ou com reuniões bastante escassas. O que, na minha
308visão, e por isso eu acho que o Ibama se propõe a seguir na direção dessa
309Câmara Técnica, que nós... Finalmente nós conseguimos, e aí acho que nós
310fomos bastante efetivos sim, que nós conseguimos quatro resoluções nos
311últimos anos, de 2006 para cá, de outubro de 2006 para cá, coisa que não
312acontecia nessa Câmara Técnica durante muito tempo e colocando sim a
313questão florestal na agenda do Conama. Ainda assim falta muita coisa, por
314exemplo, o Código Florestal prevê que o Conama regulamente o uso de
315espécies exóticas como pioneira na recuperação, na recomposição de reserva
316legal. Então nós precisamos discutir isso no Conama, e a Câmara Técnica que
317deve nascer essa discussão deveria ser aqui. Segundo: está em discussão já,
318principalmente... Inclusive no Rio Grande do Sul e já tem outros
319questionamentos por parte da justiça, do judiciário em geral, do Ministério
320Público, com relação à exigência de EIA/RIMA para plano de manejo. O Ibama
321tem uma posição de que não é... Não cabe a exigência de EIA/RIMA para
322plano de manejo, uma vez que plano de manejo já é um protocolo de redução
323de impacto, mas com certeza nós vamos ter que discutir isso aqui. Por quê?
324Porque tem uma Resolução do Conama 01 de 86 que fala que exploração
325florestal acima de 100 hectares depende de significativo impacto e,
326consequentemente, depende de EIA/RIMA, então nós vamos ter que discutir
327isso aqui também. Nós temos outros aspectos da descentralização da gestão
328florestal que nós vamos ter que estabelecer padrões mínimos, a exemplo do
329que nós fizemos com a Resolução 379, a 378, a 406 e essa que não tem
330número que nós acabamos de aprovar na última Plenária, nós vamos ter que
331estabelecer alguns outros padrões mínimos na questão da gestão florestal para
332que os estados não trabalhem muito desconectados entre si e evite um
333processo harmonioso de descentralização da gestão florestal. Eu vou citar um
334exemplo: nós aprovamos uma resolução com padrões mínimos para os planos
335de manejo na Amazônia e nós precisamos estabelecer, por exemplo, uma
336resolução com padrões mínimos para caatinga, para o cerrado. Então, ou seja,
337nós precisamos ter essa discussão aqui a exemplo do que nós conduzimos na
338última gestão. E, por último, nós vamos ter que enfrentar abertamente a
339discussão sobre a possível revisão do Código Florestal, que tem uma pressão
340muito grande para se fazer essa discussão e nós não vamos poder nos furtar
341dessa discussão, obviamente que o Ministério do Meio Ambiente e as suas
342conveniadas vão ter posições relacionadas a cada um dessas medidas, mas
343invariavelmente alguma questão vai cair aqui, uma deles é essa questão da

344introdução de espécies exóticas na recuperação de reserva legal. Então são
345alguns exemplos, obviamente que outros podem surgir no decorrer do tempo,
346mas são alguns exemplos de discussões que nós vamos ter que, sim, conduzir
347nessa Câmara Técnica. Obrigado.

348

349

350**O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (DConama)** - Eu queria informar a
351chegada do Conselheiro Paulo, do Instituto Floresta Tropical. Eu queria que o
352senhor, por gentileza, se apresentasse. Só esclarecendo que nós estamos em
353um processo de votação do presidente da Câmara Técnica de Floresta.

354

355

356**O SR. PAULO ROBERTO GAMA BITTENCOURT (IFT)** - Bom dia a todos.
357Primeiramente perdão o atraso, eu tive problemas na saída de Belém. Bom, eu
358sou representante... Estou suplente, na verdade, do Marco Lentini, que é o
359nosso diretor. Represento o Instituto Floresta Tropical de Belém do Pará, uma
360das organizações não-governamentais ambientalista da Região Norte. Vamos
361tocar em frente e já já nós comentamos mais alguma coisa se necessário.

362

363

364**O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (DConama)** - O representante do
365Estado do Rio Grande do Sul está satisfeito com as...? Bom, todos já votaram?
366Só esclarecendo que os candidatos... Existem duas candidaturas, Paulo, para
367presidência, uma do Setor Florestal representado pelo Dr. Caron, e a outra do
368Ibama pelo José Humberto. Apuração dos votos. Primeiro voto Setor Florestal;
369Ibama; Ibama; Setor Florestal; Setor Florestal; Setor Florestal; Ibama. Declaro
370eleito o representante do Setor Florestal. Eu peço que conduza a presidência e
371o restante dos trabalhos.

372

373

374**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Meu presidente, antes que o senhor
375dê o seu discurso de posse, eu gostaria de indicar o Ibama como vice-
376presidente dessa Câmara Técnica para exatamente ter um trabalho sadio entre
377o setor empresarial e o setor governamental.

378

379

380**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu acho que a mesa tem que conduzir ainda
381porque tem uma eleição...

382

383

384**O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (DConama)** - Existe a...

385

386

387**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - A CNA coloca uma
388proposição aqui de... Para que o Ibama... E eu gostaria de consultar os demais
389Conselheiros a respeito dessa propositura.

390

391

392**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu faço quorum à proposição da CNA.

393

394

395 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** - Também.

396

397

398 **O SR. ERNESTO PINTO DA CUNHA (SEPIR)** - A Seppir também recomenda

399a vice-presidência para o Ibama.

400

401

402 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu acho justa e necessária a colocação.

403 Pertinente.

404

405

406 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Então eu acho que se

407 configura aí a formação dos trabalhos.

408

409

410 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - O Ibama não precisou nem de lançar

411 candidatura para vice.

412

413

414 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Primeiramente eu queria

415 agradecer a confiança que foi depositada na minha pessoa, eu quero dizer

416 para os senhores que a nossa função aqui é trabalho. E eu acho que essa

417 composição é altamente salutar, O Ibama... O Setor Florestal, nas discussões

418 dessa última gestão, foi um grande parceiro nas discussões e nós vamos estar

419 aqui ávidos para receber os pleitos dos setores que tenham a relação com a

420 nossa Câmara Florestal e atividade silvopastoris. Então vamos dar

421 prosseguimento à pauta. Alguém que queria fazer uso da palavra? Bom, na

422 Ordem do Dia o acórdão do TCU, o nº. 309/209, determinações ao Conama,

423 processos 2000000698 de 2009-35, acórdão 309/2009 TCU encaminhado ao

424 Conama para cumprimento de diversas determinações relativas à auditoria

425 operacional realizada na sistemática de controle de trânsito de produtos

426 florestais no Ibama.

427

428

429 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Eu estava tentando entender um

430 pouco desse documento do Tribunal de Contas, é um documento extenso,

431 várias proposições, nós vamos... Só que eu não entendi um pouco dentro do

432 escopo do Conama qual seria o nosso trabalho como Conselheiros, nem é nem

433 como Câmara Técnica, mas como Conselheiro do Conama, em cima dessas

434 observações do Tribunal de Contas. Eles estão solicitando que nós criemos

435 uma resolução? Que altere alguma resolução? Recomendação eu acredito que

436 não é porque, pelo que eu entendi ali, eles estão "nos obrigando" a alterar

437 normas utilizadas hoje, pelo que eu entendi na minha leitura rápida. E até

438 pensei que aqui fosse ter uma apresentação de alguém do Tribunal de Contas

439 para dizer o que eles queriam e eu estou vendo que ficamos sem a legenda aí

440 em baixo da solicitação do Tribunal de Contas.

441

442

443 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Bom, eu pediria que o
444 nosso assistente pudesse dar as explicações.

445

446

447 **O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (DConama)** - Eu vou passar a
448 palavra para o José Humberto, do Ibama. O Ibama é um outro órgão que
449 também recebeu determinações através desse acórdão do TCU e eu creio que
450 o José Humberto tem todo o conhecimento para explicar, até a dúvida do
451 representante da CNA, a respeito das determinações e recomendações do
452 Tribunal de Contas, que podem, no futuro, tornar-se título executivo para
453 cumprimento de ordem judicial. Então eu passo a palavra para o José
454 Humberto que vai expor o assunto.

455

456

457 **O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (IBAMA)** - O Conama aprovou uma
458 Resolução 379 em 2006, essa resolução criou algumas obrigações para o
459 Ibama e para os estados no que se refere a alguns padrões de procedimentos
460 ligados à gestão florestal. Estabeleceu que, por exemplo, o controle do fluxo
461 dos produtos florestais deveria ser feito por um sistema eletrônico e que esse
462 sistema eletrônico fosse integrado entre a União e os Estados. Estabeleceu
463 também que deveria haver uma transparência das informações ligadas à
464 gestão florestal como um todo, desde as autorizações de planos de manejo, de
465 desmatamento, enfim, tudo que se refere à gestão florestal, reposição florestal,
466 unidade de conservação, localização, descrição, enfim, e que essas
467 informações deveriam estar disponíveis na Internet, e estabeleceu prazo para
468 que isso acontecesse. Em 2007, até no início do ano de 2008, o Ibama, até por
469 própria solicitação dele mesmo, recebeu uma auditoria do Tribunal de Contas
470 da União no seu sistema de controle, no DOF. Para quê? Principalmente
471 porque vários estados utilizam o nosso sistema e nós víamos que
472 precisávamos agilizar algumas integrações com os órgãos estaduais de meio
473 ambiente e precisávamos também corrigir algumas deficiências nossas do
474 ponto de vista de segurança da informação e do ponto de vista também de
475 alguma outra regulamentação que viesse a ser necessária para garantir uma
476 gestão florestal eficiente por meio desse sistema de controle. E aí foi feita uma
477 avaliação bastante intensa do Tribunal de Contas que gerou uma série de
478 recomendações para o Ibama, a maioria deles do ponto de vista de gestão de
479 sistema, segurança, e outras com relação à fiscalização, capacitação, enfim. E
480 nessa avaliação foi feita também uma avaliação do marco legal e com algumas
481 recomendações, tanto para o Conama, além do Ibama, tanto para o Conama
482 quanto também para o Serviço Florestal Brasileiro, principalmente porque o
483 Serviço Florestal está hoje como responsável pelas questões das informações
484 florestais e, na visão do Conama, deveria conduzir um trabalho de... Um plano
485 de ação para, enfim, integração das informações, disponibilização no portal
486 nacional da gestão florestal. Mas aí voltando para a questão das
487 recomendações do Conama nós temos três recomendações e uma
488 determinação do Conama, e aí eu tenho uma visão particular em relação a
489 cada uma dessas recomendações, eu poderia externar para depois nós
490 abriremos a discussão. Talvez primeiro ler, até para que todos tenham... Se
491 situem. A primeira recomendação: avalia a possibilidade de estabelecer, por
492 meio de resolução, padrões mínimos de segurança a serem adotados pelos

493órgãos de controle de trânsito de produtos florestais para maximizar a
494confiabilidade dos saldos movimentados no sistema DOF. Isso por quê?
495Porque existem sistemas estaduais de controle de produtos florestais gerando
496informação, por exemplo, no Mato Grosso, no Pará, Rondônia e Maranhão, e
497essas transações, essas gerações de créditos a partir do licenciamento e do
498transporte acaba refletindo também no DOF em função do transporte
499interestadual. Então essa madeira vai para os estados em que o DOF funciona,
500daí nasceu essa resolução. E eles fizeram também algumas visitas nos
501estados, parece que estiveram no Pará também, mapeando algumas
502deficiências também dos sistemas estaduais. Avalia a possibilidade de incluir
503no texto da Resolução 379/2006 dispositivo que dê instrumentos ao Ibama para
504dar eficácia às exigências impostas aos estados no processo de integração dos
505instrumentos de controle de trânsito de produtos florestais em caso de
506descumprimento da norma. Isso porque, principalmente na época da auditoria,
507nós ainda tínhamos sérias deficiências do ponto de vista de integração do
508sistema. E a última recomendação: edite ato normativo que padroniza a
509nomenclatura utilizada pelos estrados para identificar espécies e produtos
510florestais. E a determinação de que o Conama tome providências para tornar
511obrigatório aos sistemas estaduais de gestão florestal a consulta da
512regularidade do Cadastro Técnico Federal, CTF; das empresas que exerçam
513atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais
514em cumprimento ao disposto nos § 1º e 2º do art. 8º da Instrução Normativa 96
515do Ibama, que é a que regulamenta o Cadastro Técnico Federal. Então essas
516são as recomendações e determinações impostas ao Conama e aí, se me
517permite presidente, eu poderia externar a minha opinião particular em relação a
518cada uma delas. Em relação à primeira, que é definir padrões mínimos de
519segurança a serem adotados pelos sistemas, eu acredito que essa Câmara
520Técnica não tem competência ou, oxalá, o Ibama teria competência para
521estabelecer padrões ligados às questões de segurança na área de sistemas.
522Então eu não sei como, talvez, conduzir para encaminhar uma resposta para o
523Tribunal de Contas, mas talvez antes fazer uma consulta à Câmara Técnica de
524Assuntos Jurídicos para justamente avaliar essa questão de competência de
525ser mesmo o Conama o responsável por estabelecer isso. Parece-me que
526existem padrões nacionais e internacionais ligados a essa questão de
527segurança do sistema, a própria ABNT tem algumas regulamentações sobre
528isso, inclusive são citadas algumas delas no próprio relatório de auditoria.
529Então eu acredito que isso foge um pouco da competência do Conama de
530regulamentar, no máximo talvez o Conama, sei lá, encaminhar alguma
531orientação, alguma recomendação para os estados, de que se atentem para
532questões ligadas à segurança desses sistemas. Eu acho que isso
533perfeitamente o Conama poderia fazer. Então com relação ao item 1... Eu não
534sei se nós discutimos item a item ou se eu externo a minha opinião em relação
535a todos eles... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* Então vamos lá. Com
536relação à possibilidade... Item 2, 9.3.2, de incluir um texto na Resolução 379
537que dê instrumentos para o Ibama dar eficácia às exigências impostas naquela
538resolução, eu também... Eu questiono se o Conama teria competência para
539poder estabelecer qualquer tipo de mecanismo que venha criar alguma sanção
540para os órgãos ambientais, mesmo porque o Ibama não é auditor e nem
541fiscalizador dos estados, ele é um parceiro no Sisnama e não cabe a nós
542efetivamente fiscalizar qualquer ação do estado. O que eventualmente pode

543acontecer é sair uma recomendação, também do Conama, tanto para os
544órgãos estaduais e também para o Ibama, que no caso de descumprimento da
545Resolução do Conama, principalmente no que se refere aos documentos de
546transporte, que o Ibama, obviamente por não ter atendido a Resolução do
547Conama 379, considere aquele documento inválido ou nulo e aplique o que
548está já previsto em lei e não precisa nós usarmos um marco regulatório do
549Conama para qualquer sanção, a partir do momento que o documento de
550transporte seria inválido pelo simples não cumprimento da resolução nós já
551temos previsão para aplicar qualquer tipo de sanção. E hoje nós temos... Nós
552estamos em um cenário de integração muito melhor e muito mais favorável do
553que nós tínhamos na época em que foi feito o relatório. Esse relatório, por
554exemplo, nós tínhamos o Estados de Minas Gerais que não tinha o sistema
555eletrônico de controle e o Ibama já adotava, como procedimento, de não
556considerar os documentos emitidos ainda em meio... Em papel pelo Estado de
557Minas Gerais para efeito de transporte. Então eu acho que hoje Minas Gerais já
558está integrada, enfim, nós estamos em um cenário muito melhor do que nós
559estávamos naquele momento em que foram feitas essas recomendações.

560

561

562**A SR^a. MARA RÚBIA BENEVIDES SAID (IPAAM)** - Não sei se nós podemos
563intervir... O meu questionamento... A minha posição é que... Não sei se nesse
564parágrafo eles estão exigindo que o Ibama se coloque no processo de
565integração mesmo dos estados que não têm o documento de produto florestal
566integralizado já ao sistema. Eu entendo que essa posição é nesse sentido. O
567item 2.

568

569

570**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu vou falar um pouco dos dois itens que o José
571Humberto colocou aqui. No item 1 eu também concordo com você que o Ibama
572não é um órgão de segurança para ficar avaliando o sistema dos outros
573estados. Eu não sei nem se pode. No item 2 você não pode colocar o poder de
574fiscalização do Ibama para fiscalizar estado. Então eu acredito que esses dois
575itens não têm... Nós não temos competência nenhuma para regulamentar ou
576fazer nenhum documento, somente, de repente, exatamente o que você
577colocou, seria uma moção, seria uma recomendação para os estados seja
578colocada porque não tem como se... A minha dúvida é a seguinte: por exemplo,
579o Estado do Amazonas aparece um erro, o que o Ibama vai fazer? Falar: "Olha,
580tem um erro", e aí? O modo como está dizendo ali é que deu... O Ibama faça
581alguma sanção, porque para dar eficácia ele tem que fazer alguma coisa que o
582estado não queira fazer, como você educar menino. Então você dá a eficácia...
583Aquilo ali você... Eficácias às exigências impostas, ou seja, então você está
584criando um tribunal que vai dizer se o estado está correto ou não em cima
585desse... Do que está sendo tratado na resolução. Já adiantando então o item
5863.3, também nós... Espécie tem um nome científico, eu acho que não tem como
587nós ficarmos fazendo uma resolução indicado espécie, eu acho que a espécie
588já vem da nomenclatura científica, agora, produto florestal, de todos os itens
589aqui, a única coisa que eu acho que nós podemos dizer aqui é o que é um
590produto florestal, unificar a padronização do que é um produto florestal. Os
591outros dois... Por isso que eu disse que desde o início que eu não estava
592entendendo nada do que eles estavam querendo, que pelo que eu entendi o

593item 2 ali está entrando na competência concorrente do estado de legislar, que
594é o art. 24 lá, você está indo contra o estado fazer o que ele quer na área
595ambiental. Então eu já coloco que o item 1 não tem o que ser feito, só podemos
596fazer uma recomendação. No item 1 e no item 2 fazer uma recomendação ao
597estado dizendo o que deve ser observado para dar efetividade ao processo. No
598item 3 não colocar e nem recomendar nada na parte da identificação de
599espécie, que isso é a comunidade científica que indica isso, e o Ibama
600apresentar uma minuta de resolução que...Para normalizar e padronizar a parte
601de produto florestal, o que é um produto florestal.

602

603

604**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Eu gostaria de fazer
605algumas colocações porque o Ibama tem superintendências estaduais, quer
606dizer, ele não tem uma inserção direta interferindo no estado, mas ele tem uma
607função. Essa é minha... É uma colocação que em todos os estados existe uma
608superintendência do Ibama, em alguns estados, inclusive, existe um
609compartilhamento em atividades, tanto de licenciamento como na ordem de
610fiscalização. Esse é o ponto primeiro. Segundo: eu queria fazer uma forma de
611encaminhamento porque essa questão do DOF e isso tudo veio proveniente da
612Resolução 379, que foi toda ela construída dentro dos preceitos legais e o
613Ibama é o principal artífice dessa construção, eu pergunto: o TCU pediu algum
614esclarecimento ao Ibama a respeito desse assunto?

615

616

617**O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (IBAMA)** - Sim presidente. Existe uma
618série de recomendações e determinações para o Ibama. O que foi
619recomendado para o Conama é justamente porque, no entendimento do TCU,
620foge à competência do Ibama, por quê? Porque seria justamente na relação
621entre Ibama e estado para que o Conama, de alguma maneira, viabilizasse ou
622acelerasse o processo de integração entre o sistemas no sentido de fazer
623cumprir a Resolução 379. Na verdade é isso. E o que eu estou dizendo é o
624seguinte: que nós já temos instrumentos legais estabelecidos para, por
625exemplo, não reconhecer um documento de transporte que não tenha sido
626emitido com base na Resolução do Conama 379, isso nós já estamos fazendo.
627Então não cabe ao Conama estabelecer qualquer regulamento visando uma
628sanção porque isso, primeiro, não é competência, creio eu, de ele fazer isso e
629não seria também uma auditoria do Ibama junto ao estado, mas na verdade é
630um reconhecimento de uma guia emitida sem atender uma resolução que já
631está colocada.

632

633

634**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Então... Só deixa-me
635complementar: uma forma de encaminhamento, no meu entendimento,
636deveríamos ir à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos porque o TCU merece
637uma resposta, é um órgão que nós temos que dar uma resposta à altura. Eu
638convidaria o amigo para que nós pudéssemos ir à reunião da CTAJ e que nós
639pudéssemos fazer essas colocações que aí estão, e ouvir da CTAJ qual é o
640melhor encaminhamento ou a melhor resposta ao TCU, Porque me parece que
641ela não tem só o conteúdo técnico que estaria dentro da competência da nossa
642Câmara. Eu acredito que como ela está tratando da figura do Conselho

643 Nacional, e isso é uma resposta dada ao presidente do Conama, eu acho que
644 valeria... O encaminhamento mais correto seria nós ouvirmos a Jurídica. Eu
645 proponho esse encaminhamento, eu não sei se os senhores concordam com
646 esse tipo de encaminhamento.

647

648

649 **O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (IBAMA)** - Só um esclarecimento com
650 relação aos dois primeiros itens, eu acho que cabe o mesmo encaminhamento,
651 o item 9.3.1 e o 9.3.2.

652

653

654 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Então nós veríamos,
655 dentro do calendário, uma reunião que tivesse da CTAJ, nós antecipadamente
656 podemos conversar com a presidenta da... Que é a Dr^a. Andréa, e que pudesse
657 abrir um espaço unicamente para fazermos esse tipo de esclarecimento. João
658 Carlos antes de lhe passar a palavra tem uma manifestação do Fernando
659 Castanheira, que representa também o Setor Florestal, que gostaria de se
660 pronunciar a respeito...

661

662

663 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - É meio rápido, é só para não
664 esquecer a Secretaria Executiva para estar presente nesse que você colocou,
665 os dois, porque a Secretaria Executiva é que vai elaborar o documento.

666

667

668 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Ok.

669

670

671 **O SR. FERNANDO CASTANHEIRA NETO (Setor Florestal)** - Bom, eu sou o
672 suplente do Caron no Conama. Tem um aspecto jurídico, concordo contigo, o
673 3.2 há de se avaliar o seguinte: não é que o Ibama vá fazer, é que o Ibama...
674 Que dê instrumentos ao Ibama. O Ibama, por exemplo, como o Governo... O
675 Ministério lançou mão da Força Nacional para atuar, antes não era. Então hoje
676 ele tem a Força Nacional para atuar em crimes ambientais. Então o Ibama
677 pode lançar mão de instrumentos que não é dele, de punir, mas que existe na
678 estrutura do Governo para forçar com que os estados... Essa é a ideia do 932,
679 é que você... Não é que você vá usar, mas que você use a estrutura que existe.
680 Mas tem que avaliar se... Eu concordo contigo, as que já existem já são
681 suficientes. A questão de segurança do sistema é... Se não é atribuição temos
682 que pensar se tecnicamente não deveria ser estudado, a verdade é que o
683 grande erro do DOF é que ele não é um sistema só, o erro foi de descentralizar
684 isso e permitir que cada estado construísse o seu, aí depois percebeu o erro e
685 tentou acertar pela resolução, mas cada sistema tem a sua própria
686 particularidade e precisa juntar ideias diferentes em estados diferentes,
687 estamos tendo que passar por esse processo. A verdade é que os sistemas...
688 Não é só a segurança, vamos dizer, de *hardware*, eu acho que é segurança...
689 É de padrão de segurança, padrão de informação. Eu acho que sim, vale a
690 pena a Câmara Técnica entrar fundo, eu acharia até que seria um estudo mais
691 de especialistas na área de segurança e até o setor privado tem muita
692 demanda em relação ao DOF, nós viemos conversando com o José desde o

693começo do ano, principalmente mercados iguais a São Paulo que precisam do
694DOF, que estão comprando madeira, mas há dúvidas e o sistema cai, o Ibama
695está fazendo redundância, está comprando equipamento, mas ainda tem
696muitos problemas. Então acho que vale sim a pena o Conama porque é um
697sistema que o Brasil não pode perder de vista porque lá fora tem toda uma
698discussão sobre rastreabilidade de cadeia produtiva de produtos florestais,
699então é fundamental que esse sistema esteja redondo para que nós tenhamos
700legitimidade para defender o setor... O controle de origem de matéria-prima
701florestal, não só no País, mas lá fora. Então acho que tanto o item 1 ao 3, o 3
702mais importante ainda, João, infelizmente o nome científico é padronizado, isso
703ninguém duvida, mas o nome comum não é. Então o cara vê de lá um cedro e,
704na verdade, não é um cedro verdadeiro, é um outro cedro. Tem um problema
705até mais fundo que isso no plano de manejo mesmo, o engenheiro florestal não
706faz análise, ele “escata”, na verdade ele confia no mateiro, o mateiro fala:
707“Olha, isso é cedro, isso é cedrorana”, aí o cara entra lá na lista do Ibama, no
708DOF, que é cedrorana. Cedrorana tem dois nomes científicos, o cedro
709verdadeiro e não sei o quê, aí ele coloca o que ele acha. Então por isso que
710nós temos 1.500 espécies comercializadas no DOF, na verdade não é 1500, é
711muito menos, é porque tem lá uma confusão de nome comum com nome
712científico. Então essa discussão é fundamental que nós tivéssemos... Isso é
713uma discussão de pelo menos 30 anos, de como que você... Na verdade é
714botar um nome comum, padrão, um nome comum para um nome científico.
715Então cedro é cedro, *cedrela odorata*, é o que se chama cedro. Uma outra
716alternativa é fazer padrões, então tudo que bota como cedro pode ser essas
717espécies, mas é uma discussão técnica que vale...

718

719

720**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - O que você sugere?

721

722

723**O SR. FERNANDO CASTANHEIRA NETO (Setor Florestal)** - Que nós
724entremos a fundo à Câmara Técnica, crie resoluções os três item eu acho que
725é importante que nós discutamos sim.

726

727

728**O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (IBAMA)** - Com relação ao 3, Fernando,
729eu acho que nós conseguimos sanar, se não todos, seria impossível, mas nós
730conseguimos sanar com as duas últimas duas resoluções aprovadas. Porque
731qual era... O que foi mapeado na auditoria? Foi que nós não tínhamos
732nomenclatura de produtos padronizados, isso dificultava a integração, e nós
733não tínhamos padronizado sequer a tabela de espécies. Por mais que a tabela
734de nome científico seja... Não deveria ter diferença da tabela do Mato Grosso,
735por exemplo, a tabela do Ibama tinha diferença. Por quê? Porque a tabela do
736Mato Grosso não estava atualizada com relação à questão de sinonímia
737botânica, com relação aos próprios nomes populares já descritos na literatura.
738Então o que a resolução diz? Diz que adota-se uma tabela única, essa tabela...
739A responsabilidade pela manutenção e atualização dessa tabela é do Ibama.
740Então isso nós já conseguimos nas duas últimas resoluções. E o problema de
741identificação lá no plano de manejo nós também conseguimos, com a
742resolução dos critérios mínimos e padrões para plano de manejo na Amazônia,

743em que obrigou a identificação de espécie, ou seja, descrição de critérios para
744identificação de espécies lá no plano de manejo, coisa que nós não tínhamos.
745Então acho que o item 9.1.3 é o mais tranquilo porque nós atendemos aquilo
746que está previsto aqui no relatório de auditoria, é possível que na aplicação
747dessas duas resoluções nós enfrentemos uma outra dificuldade que aí sim
748seria uma discussão mais específica.

749

750

751**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Eu só queria dizer aos
752senhores, o nosso assistente aqui nos lembrou muito bem, que na última
753Plenária do Conama o Ministério Público Federal se manifestou a respeito da
754379, a respeito dos estados não estarem aplicando... Não estarem integrados
755dentro dos preceitos que está na 379, e na próxima ficou, da Abema, inclusive
756dar uma posição na próxima reunião a respeito desse assunto. Eu quero fazer
757um parêntese também para dizer para os senhores que eu coordenei um grupo
758de trabalho, um GT, dentro da Câmara de Gestão Territorial e Biomas, que se
759referia à questão do monitoramento e análise da aplicação da Resolução 369
760de 2006. Só para lembrar, essa resolução trata dos casos de exceção para
761ocupação de APP. E no art. 15 dela diz que o Conama, dentro de um ano após
762a assinatura, tinha que fazer uma análise e monitoramento da aplicação dessa
763resolução e que os dados dessa análise, desse monitoramento, fizessem parte
764do relatório de qualidade ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Nós
765começamos a discutir esse assunto nos meados de... Na metade do ano de
7662007, e fizemos a última reunião na semana passada... Retrasada, e sabe qual
767foi a nossa conclusão? Ninguém está aplicando a 369. O primeiro grande
768problema que nós tivemos seria a integração das informações, nós
769convocamos o Sinima, que é o Sistema de Informação, e dentro do próprio
770artigo lá no seu parágrafo dizia-se que as informações tinham que ser
771integralizadas dentro da plataforma do Sinima e eu fui em umas três reuniões
772da Abema, umas duas reuniões da Anamma, só dizendo que a Abema é
773Associação Brasileira das Estaduais do Meio Ambiente, e Anamma também
774dentro dos municípios. Não são todos os municípios que têm um sistema de
775informação, eu vou dizer, moderno, quer dizer, não tem como, e a pergunta
776sempre era o seguinte: quem é que paga a conta? Quem é que vai
777desenvolver... Dar recurso ao estado para que possa desenvolver um sistema
778que possa conversar e que seja de segurança? Bom, basta dizer que foram
779feitas todas as tentativa e a dificuldade que nós encontramos, dentro do
780estado, foi que uma grande parte dos Estados... Só para dizer, dos 27 só 17
781responderam, e de uma forma muito simplória, tem alguns estados com
782sistema muito apurado que... São Paulo, Minas Gerais, o Paraná, mas... A
783Bahia, se eu não me engano também, e o restante tinha deficiências de
784integração e nós não conseguimos realmente ter um denominador comum a
785respeito disso. E dos municípios pior ainda, que a maior parte dos municípios,
786dos 5 mil e poucos municípios que nós temos, uma grande maioria dos
787municípios não tem o Conselho... Um órgão, uma secretaria de meio ambiente
788com Conselho Consultivo constituído. A maior parte desse diagnóstico foi que
789as pessoas que trabalham no órgão... Aqueles que têm no órgão ambiental são
790consultores, não são nem funcionários, e muitas vezes pessoas que não têm a
791qualificação para o licenciamento. Então eu só estou fazendo essa colocação
792para ver o nível de complexidade que é de se fazer uma integração de

793 informação. É coisa difícil, agora, o Ministério Público está em cima dos
794 estados na cobrança e na aplicação da 379. Voltando a isso eu queria, já que o
795 Conselheiro Fernando Castanheira colocou que talvez o item 1 sobre segurança
796 nós deveríamos fazer um esforço para discutir isso dentro da Câmara, tem
797 alguma forma de encaminhamento de como é que nós podemos fazer isso?

798

799

800 **SR. FERNANDO CASTANHEIRA NETO (Setor Florestal)** - Nós fizemos,
801 em março, uma proposta para o Ibama de reconstituir uma Comissão que foi
802 feita à luz quando foi lançado o DOD, uma Comissão de avaliação e
803 monitoramento do sistema, era justamente para avaliar se o sistema estava
804 indo bem, se as pessoas... É um pouco mais simples o DOF porque o sistema
805 já está pronto, quem quiser o DOF, vamos dizer, o Governo passa de graça, e
806 ele se banca pelo sistema. Você tem que pagar pelas guias, tem que todo um
807 trabalho... E o próprio controle já demonstrou que todo... No Mato Grosso, por
808 exemplo, todo o custo de implantação foi bancado nos primeiros meses depois
809 que entrou, só de multas que eles pegaram. Bom, aí tem uma série de critérios
810 para isso, mas é um pouco mais simples do que uma informação igual a da
811 369. Então o DOF tem essa vantagem. Nós fizemos essa solicitação, o Ibama
812 ficou de... Porque não é só o DOF, é a questão da descentralização da gestão
813 florestal, como que os estados estão internalizando a questão da gestão
814 florestal. Nós criamos o DOF, o Hummel até então diretor do Ibama falou: “Não,
815 vai mais além, vamos tentar...”, eu não sei como é que ficou isso. Nesse grupo
816 de assessoramento era justamente para avaliar isso, quer dizer, tem problemas
817 técnicos, tem problemas de segurança, tem problemas... O sistema cai, você
818 está lá na frente do cliente, precisa emitir o DOF e caiu, o cara fala assim:
819 “Espera meia hora aí para fazer a compra”, o cara vai embora. Isso porque
820 nem todo mundo aderiu o DOF ainda, tem centenas... Milhares de empresas
821 que não aderiram, então nós temos um certo receio, tem que avaliar sim a
822 questão da segurança, a questão da capacidade de suporte ao sistema, por
823 exemplo, as pessoas que estão no DOF hoje aqui em Brasília é um terceirizado
824 que comanda o negócio, ele não é funcionário do Ibama até onde nós
825 sabemos. Também tem problema de infraestrutura física e humana para gerir o
826 sistema, então tem coisas que devem ser avaliadas sim. Então eu não sei se
827 nós podemos recomendar via Câmara Técnica, por exemplo... É um grupo de
828 trabalho para avaliar isso, então seria em um grupo de trabalho ou recomendar
829 o Ibama que estabeleça isso que já foi solicitado, tem... Foi protocolado no
830 Ibama até em acordo com o José Humberto de nós reestruturarmos isso, setor
831 privado, tem ONG, tem o Governo e os estados, a polícia militar ambiental que
832 estava participando disso no passado. Nós retomamos isso e, nesse processo,
833 avaliar todo o processo DOF. Não é avaliar, é um sistema contínuo de
834 melhoria, então é nós só... Eu acho que atenderia um pouco isso.

835

836 **SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (IBAMA)** – Eu acho interessante também
837 esse encaminhamento, eu acho que ele soma... Eu acho que... Eu ainda
838 questiono a questão da... Eventualmente da competência do Conama em si em
839 regulamentar questões ligadas à segurança porque, pelo que nós lemos do
840 relatório, está muito mais ligado a uma série de procedimentos, não só
841 segurança de sistema em si, mas de... Algumas até de transparência que a 379
842 já cumpriu. Então eu acho que manteria essa recomendação de levar essa

843discussão também para a CTAJ e a recomendação de criar esse Comitê,
844inclusive, Fernando, até para situar, o processo já está montado, eu já
845encaminhei para a presidência do Ibama encaminhar ao Ministro, isso já faz
846algum tempo, hoje de manhã eu fui ver se o processo já saiu porque... Até para
847dar informação, e continua ainda no gabinete, até para nós cobrarmos a
848agilização. É esse grupo na verdade é um resgate de um Comitê que foi criado
849quando da implantação do DOF, foi muito interessante porque nós dividimos
850um pouco a responsabilidade, não fica só a cargo do Ibama, por exemplo, de
851mapear e de levantar os problemas e de cobrar alterações, seja do próprio
852Ibama, na sua esfera administrativa, seja também dos estados. Então foi um
853exemplo muito interessante desse Comitê e nós estamos pedindo a criação... A
854recriação do Comitê com novos integrante, obviamente, mas mantendo aquela
855estrutura inicial com representação dos estados, do Governo Federal. Nós
856estamos propondo a inclusão do Serviço Florestal agora Fernando, que não
857existia na época e hoje é responsável pelo portal... Questão de informação.

858

859

860**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Ok. Está sendo gravado?
861Ok. Eu só queria, José Humberto... A sua sugestão a respeito do item 1 é a
862discussão dentro desse Comitê do Ibama ou nós abriríamos em nível de
863Câmara Técnica?

864

865

866**O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (IBAMA)** – Veja bem, isso aqui é uma
867recomendação para o Conama, nós precisamos dar uma resposta. O Conama
868precisa dar uma resposta. O Comitê extrapola... Ele vai ser constituído no
869âmbito do Ministério do Meio Ambiente, obviamente, mas não seria um grupo
870de trabalho da Câmara Técnica, extrapola inclusive essas recomendações, nós
871vamos discutir no âmbito do Comitê, além disso, uma série de outros aspectos
872relacionados ao sistema de controle. Então o que eu sugiro é que nós
873continuemos com o encaminhamento de levar essa discussão para a CTAJ
874para sabermos: “Olha, nós somos realmente competentes para conduzir essa
875discussão”, e aí, se for, nós vamos conduzir aqui na Câmara Técnica
876independentemente das contribuições que virão do Comitê, o Comitê seria um
877agregador a mais no processo. Agora, a recomendação de criar o Comitê
878simplesmente reforça para nós a necessidade de criar e dar respaldo para criar
879esse Comitê.

880

881

882**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Ok, então se todos os
883Conselheiros estão de acordo nós vamos fazer essa consulta na próxima
884reunião da CTAJ a respeito do encaminhamento e até da resposta. É
885importante que o Ibama participe dessa discussão para dar os devidos
886esclarecimentos lá na Câmara Técnica. Se todos concordarem nós superamos
887essa discussão. Estão todos de acordo, e assim vai ser encaminhado. Ficaria...
888Eu só pediria ao assistente que visse dentro do calendário qual é a próxima
889reunião para que nós pudéssemos então entrar em contato com a presidenta
890da Câmara Técnica para que nós tivéssemos esse espaço para dar essa
891explicação.

892

35

36

893

894 **O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (DConama)** - Ainda não há data
895 marcada para esse semestre, a CTAJ se reúne amanhã, mas posteriormente a
896 essa reunião de amanhã ainda não há data, mas se houver eu aviso a todos os
897 Conselheiros e encaminho ao assessor da CTAJ também para nós
898 agendarmos na pauta da CTAJ essa consulta.

899

900

901 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Ok?

902

903

904 **O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (IBAMA)** – Talvez até para acelerar a
905 análise da CTAJ talvez nós encaminharmos, na Câmara Técnica aqui,
906 encaminhar oficialmente um questionamento.

907

908

909 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Ok, pode ser feito, pode
910 fazer o encaminhamento então para eles colocarem na pauta. Ok. Você queria
911 fazer um comentário sobre o restante só para que as pessoas tomassem
912 conhecimento?

913

914

915 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Reforçando, a recomendação nº. 3 eu acho que
916 nós já... Aquilo que está previsto no relatório nós já vencemos com a edição
917 da... Aprovação da última resolução na última reunião do Conama que está
918 ainda em vias de publicação. E com relação à determinação, tornar obrigatória
919 a consulta no Cadastro Técnico Federal, bom, na verdade já é uma obrigação,
920 ou seja, já está em lei, não precisaria de nós... Sei lá, estabelecer algum ato
921 normativo no Conama para dizer o que a lei já está dizendo, então talvez seria
922 uma resposta no sentido... Talvez uma recomendação da mesma forma como
923 as demais, aí cabe talvez uma recomendação para os estados para tentar o
924 que está disposto na Lei, se não me engano, 10164, na própria 96... Eu
925 esqueci o número, que fala justamente da obrigatoriedade do Cadastro Técnico
926 Federal para as atividades potencialmente poluidoras, então já está
927 estabelecido em lei, nós não precisamos dizer para os estados que eles
928 precisam seguir o que está na lei. Então eu acho que seria... Atenderia com
929 recomendação expressa mesmo do Conama para atender, e aí nós vemos
930 depois o marco legal direito. E só para complementar, hoje os estados já estão
931 fazendo isso, então nós já não temos mais um problema com relação à
932 consulta de regularidade do Cadastro Técnico Federal. No momento da
933 auditoria nós tínhamos sim esse problema, por isso que isso foi mapeado, nós
934 tínhamos alguns estados que permitiam emissão de guias ou funcionamento de
935 empresas sem a devida consulta à regularidade do Cadastro Técnico Federal,
936 agora eu acho que isso já está vencido.

937

938

939 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Ok. Estão todos
940 satisfeitos com a explicação? Ok. Podemos passar para outro item.

941

942

37

38

943 **O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (DConama)** - O próximo item trata
944 do Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas do Serviço Florestal
945 Brasileiro, porém o representante do órgão não pôde comparecer à reunião por
946 um compromisso inadiável. Eu sugiro à presidência que não seja apreciado
947 hoje porque são dois relatórios de dois anos, 2007 e 2008, e que na próxima
948 reunião da CTFLOP possamos deliberar sobre o assunto.

949

950

951 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Ok. (...) o representante
952 aqui para nos dar os esclarecimentos devidos. Eu acho que ficamos sem
953 elementos para poder discutir. Está certo? Eu acho que vencemos a pauta, eu
954 só gostaria de talvez já deixar uma... Sempre é bom nós deixarmos sempre
955 uma próxima data para reunir a Câmara, mesmo porque nós temos o relatório
956 para ser apreciado. Então eu acredito que para o próximo mês nós poderíamos
957 ver dentro do calendário uma data. Nós estamos no mês de maio, tem que ser
958 junho, precisa ver se... Que não coincida com Plenária do Conama.

959

960

961 **O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (DConama)** - Não há previsão de
962 nenhuma outra Plenária, seja Ordinária ou Extraordinária, ainda nesse
963 semestre, tirando o mês de maio. Mês de maio nós temos Plenária dias 27 e
964 28, mas a próxima é só para o segundo semestre.

965

966

967 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Então podemos fazer na
968 primeira quinzena de junho. É a minha proposta. Ok?

969

970

971 **O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (IBAMA)** - Talvez nós pudéssemos deixar
972 alguma reunião como indicativo, mas talvez nós precisássemos ter talvez uma
973 pauta mais robusta porque isso envolve custos e deslocamento, envolve nós
974 reservarmos agenda e de repente nós chegamos aqui, já marcamos uma
975 reunião para apreciar o relatório, o Serviço Florestal não vem de novo e nós
976 acabamos perdendo... Então talvez nós pudéssemos deixar como indicativo,
977 mas desde que houvesse uma pauta mais robusta com outras sugestões para
978 serem apreciadas ou, quem sabe, alguma proposta de, enfim, de criação de
979 algum grupo de trabalho para definir um... Criar uma ou outra... Estabelecer
980 uma ou outra resolução principalmente em função daquilo que eu falei, daquilo
981 que provavelmente venha ainda nos próximos meses surgir como demanda de
982 regulamentação para o Conama como, enfim, a questão de uma resolução
983 para parâmetros para caatinga, a questão do uso de espécies exóticas para
984 reserva legal, então...

985

986

987 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Sim, eu acho que daí é
988 uma própria demanda, inclusive, do Ibama para podermos discutir isso. E aí o
989 estabelecido, 15 não estou dizendo que... Evidentemente se nós não tivermos
990 uma pauta que mereça e que respalde o deslocamento das pessoas, ela não
991 vai ser feita, mas deixar para que... Alguém mais queria fazer uso da palavra?

992

993

994 **O SR. PAULO ROBERTO GAMA BITTENCOURT (IFT)** - Eu acho que em
995 função dessa... Dos dois principais pontos de pauta que foi o acordeão e a
996 questão do relatório do Serviço Florestal Brasileiro não terem sido efetivamente
997 discutidos e apresentados, eu acho que fica uma proposta de que... Em cima
998 da definição junto com a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do que vai ser
999 feito e em uma... Da próxima possibilidade do representante do Serviço
1000 Florestal Brasileiro... Eu acho... Resumindo, continua-se com essas mesmas
1001 pautas, já mais refinadas, já mais direcionado, e com a presença efetiva do
1002 membro do Serviço Florestal Brasileiro para a próxima reunião ir além de
1003 outros assuntos que venham a ser apresentados no decorrer desse período até
1004 a próxima reunião da Câmara Técnica.

1005

1006

1007 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Perfeito. Fernando.

1008

1009

1010 **O SR. FERNANDO CASTANHEIRA NETO (Setor Florestal)** - Primeiro uma
1011 dúvida em relação ao acordeão, não sei se ficou clara a questão do Comitê, se
1012 vai sair como recomendação da Câmara Técnica solicitando a implementação
1013 desse Comitê de... Porque o que eu não entendi da sua fala foi que vai só para
1014 a CTAJ, eu não sei se ficou claro, como é uma recomendação da CT a
1015 implementação do Comitê de... Então a primeira dúvida seria essa. E a
1016 segunda é a seguinte: já é a segunda vez que o Serviço Florestal Brasileiro não
1017 vem aqui apresentar esse... Pelo menos que eu esteja aqui, não vem
1018 apresentar, o relatório está previsto em lei, a Lei de Gestão de Florestas
1019 Públicas obriga o Serviço Florestal a apresentar esse relatório ao Conama, ele
1020 é importantíssimo porque o Ministro do Meio Ambiente assinou um pacto com o
1021 setor florestal, principalmente no Pará, se comprometendo a 4 milhões de
1022 hectares de florestas sob concessão até o final de 2009. O Serviço Florestal
1023 Brasileiro agora na reunião de março falou que essa meta foi para 1 milhão e
1024 eles não vão conseguir atingir nem a metade disso porque nem será Saracá-
1025 Taquera que a próxima floresta concessão vai estar sendo listada, era para ser
1026 listada já, o edital sai em março, já era para sair no ano passado, não saiu em
1027 março e não vai sair mais para frente porque os estudos ainda não estão
1028 concluídos. Então, assim, nós precisamos discutir se essa política do Governo
1029 é realmente sustentável para criar um desenvolvimento sustentável para a
1030 região ou é só de política de unidades de conservação e doação de terras para
1031 comunidades locais. Eu acho que esse ponto é muito importante, não é
1032 simplesmente o cara vir aqui e fazer a apresentação, mas o Serviço tem que vir
1033 aqui também dar uma satisfação ao Conama sobre o modelo que ele está
1034 implementando e as dificuldades que o Governo está apresentando porque no
1035 início achou que era tudo muito fácil, agora percebeu, claro, que tem uma
1036 dificuldade muito grande de tratar com o próprio Ibama e principalmente com o
1037 Chico Mendes e Incra, que tem... Você está trabalhando com quilombola, você
1038 está trabalhando com assentamentos rurais, está trabalhando com
1039 licenciamento, então não depende só do serviço. Eu acho que isso é
1040 importante para o Conama tomar satisfação, que a Câmara Técnica tenha uma
1041 posição para podermos levar isso para a Plenária e discutir a lei de gestão de
1042 florestas públicas porque isso está determinado para que o Conama deva

1043emitir a sua avaliação. Então eu acho esse ponto, e mais um ponto de pauta,
1044não sei se é essa semana, está sendo instituída pela Conabio a Câmara
1045Técnica de Espécies Exóticas Invasoras.

1046

1047

1048**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** - Já estamos participando.

1049

1050

1051**O SR. FERNANDO CASTANHEIRA NETO (Setor Florestal)** - Mas eu acho
1052que esse, Caron, deve vir para o Conama. Eu acho que nós... No mínimo como
1053esclarecimento do que o Ministério do Meio Ambiente está pensando,
1054estruturando como ideias, essa coisa está saindo muito por baixo dos panos e
1055nós, como setor, não estamos tendo todas as informações. Como eu falo,
1056assim, lógico, você está lá e eu também estou, mas eu acho que o Conama
1057como órgão colegiado deve estar mais atento a essas ações porque isso
1058impacta muito, porque tem espécies comerciais de relevante interesse para
1059nós. Eu acho que esse é um ponto de pauta que nós podemos pedir para a
1060Secretaria de Biodiversidade e Floresta fazer uma apresentação sobre esta
1061Câmara Técnica.

1062

1063

1064**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Ok, eu acho que essa
1065sugestão é procedente. Nós só não podemos dizer porque está sendo feito por
1066baixo dos panos porque nós estamos... Nós fazemos parte dessas discussões,
1067é de suma importância essa discussão e está se buscando, dentro da Conabio,
1068a discussão de um marco regulatório. Evidentemente que esse assunto deverá
1069ser discutido porque quem tem essa competência é o Conama, mas a Conabio
1070está discutindo uma estrutura... A discussão ainda está dentro da estrutura de
1071como vai funcionar esse marco regulatório, mas é importante... A sua sugestão
1072está acatada e nós devemos fazer um convite para o Bráulio que ele na
1073próxima reunião possa fazer uma apresentação sobre a questão das espécies
1074exóticas invasoras. Ok, perfeito. E sobre o grupo... A outra sua ponderação foi
1075sobre o grupo...

1076

1077

1078**O SR. FERNANDO CASTANHEIRA NETO (Setor Florestal)** - Só para deixar
1079claro, na deliberação daquele ponto de pauta, que é levar à CTAJ e reforçar o
1080Ibama a necessidade de criação. Retiro o por baixo dos panos. Para reforçar a
1081questão na recomendação de levar o tema do acórdão do TCU à CTAJ, mas
1082também ser uma recomendação da CT Florestas para que o Ibama
1083estabeleça... O Ministério, porque nós fizemos solicitação ao Ibama, mas que o
1084Ministério estabeleça essa Comissão como uma recomendação até para dar
1085satisfação ao TCU e coloque o ponto de pauta da espécie exótica.

1086

1087

1088**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Ok, perfeito. Alguém
1089mais gostaria de fazer uso da palavra? Então dessa forma encerramos a nossa
1090reunião e deixamos sem a data, mas dentro da primeira quinzena, dentro da
1091aglutinação de assuntos nós poderemos marcar a próxima reunião da Câmara.
1092Eu agradeço a presença de todos, um bom dia e até a próxima.